

Só resta negociar, *Economia - Brasil* negociar e negociar

José Antônio Severo *

Uma crise de petróleo é um obstáculo grave para a economia brasileira, diz o Conselheiro Acácio. É



por isso que nenhum pacote deve ser editado antes que se tenha clareza do que acontecerá como resultado da iminente guerra entre Estados Unidos e Iraque. Este é um dado presente nas considerações iniciais dos estrategistas políticos e que influem para protelar as negociações de um plano para retocar a política econômica em vigor.

Este, também, não é o único fator que atrasa o entendimento. É apenas o dado imponderável, porque não depende dos interlocutores internos. As demais peças também se movem no tabuleiro, sem uma definição de como cada qual agirá nos momentos decisivos.

No campo político o governo se move para absorver os resultados das últimas eleições. Na área parlamentar é preciso sentir o que será a Câmara renovada e deixar a poeira do segundo turno assentar. Ao contrário do que parece, porque assim se alardeia, os resultados de 25 de novembro não foram surpreendentes. Eles apenas confirmaram um quadro eleitoral previsível: no momento da polarização, as antigas divisões (Arena/MDB) ratificaram os resultados eleitorais que se repetem desde 1982.

Os empresários e sindicalistas também amargam suas divisões e continuam

a procura de consensos mínimos. A guerra com data marcada é tempo para que as negociações internas de cada grupo possam acontecer. A Câmara demonstrará seu perfil logo agora na posse, quando se produzirem os embates para a escolha de sua mesa diretora. A área econômica do governo continuará na defensiva, poupando-se ao máximo para a eventualidade de ter que navegar em meio a uma tempestade, de um pânico mundial, caso as forças multinacionais não consigam pôr o Iraque de joelhos no primeiro mês de guerra.

A verdade é que o governo não poderá soltar seu novo pacote econômico por meio de medidas provisórias. Será muito arriscado. O certo é negociar as medidas, aprová-las no Congresso com o aval das instituições que representam capital e trabalho.

Embora o noticiário não reflita que o País caminha para um entendimento, é notório que todos os envolvidos no processo, mesmo negando, operam no sentido de chegar a um denominador comum para dividir os inevitáveis ônus da estabilização. Isso porque a sociedade não aceita mais a inflação.

O quadro favorece as composições, por uma razão muito simples: não há maioria no País. As entidades empresariais não têm poder sobre as fábricas e as lojas; as centrais sindicais não comandam suas bases; os partidos políticos não têm maioria para impor um programa. Só resta, portanto, negociar e negociar e negociar.

* Diretor deste jornal.